



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS**

**BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**ROMUALDO DA COSTA AGOSTINHO**

**AS ELEIÇÕES ANGOLANAS DE 2017  
E A INFLUÊNCIA DA TELEVISÃO NO PROCESSO ELEITORAL**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2018**

**ROMUALDO DA COSTA AGOSTINHO**

**AS ELEIÇÕES ANGOLANAS DE 2017  
E A INFLUÊNCIA DA TELEVISÃO NO PROCESSO ELEITORAL**

Trabalho de conclusão de curso – Modalidade projeto de pesquisa - apresentado ao Curso de Graduação em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo

**SÃO FRANCISCO DO CONDE  
2018**

**ROMUALDO DA COSTA AGOSTINHO**

**AS ELEIÇÕES ANGOLANAS DE 2017  
E A INFLUÊNCIA DA TELEVISÃO NO PROCESSO ELEITORAL**

Trabalho de conclusão de curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Curso de Graduação em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em 30/10/2018.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo (Orientador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva (Examinadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof. Dr. Márcio André de Oliveira Santos (Examinador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

*Em memória ao meu grande pai, você foi o melhor, meu pai, e jamais vou esquecer tudo que me ensinou, todo amor que me deu e o exemplo de homem que foi. Meu amor por você é eterno e não há morte que consiga enfraquecê-lo, serei sempre grato a Deus por me permitir ser seu filho.*

## **AGRADECIMENTOS**

Os meus agradecimentos vão primeiramente a Deus, pela graça do existir, pelas coisas boas e ruins, pois, foi isso que me tornou o homem que sou hoje. Juntamente, agradeço a minha querida mãe, aos meus irmãos e minhas irmãs pelo suporte e incentivo que me deram a vida toda, por acreditar em mim quando eu não acreditei, o meu muito obrigado.

Por fim, agradeço ao meu orientador professor Doutor Fábio Baqueiro Figueiredo por concordar sem hesitar o compromisso de me acompanhar e participar deste momento que foi e continuará sendo de muito aprendizado.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>Justificativa.....</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>Revisão da Literatura.....</b>	<b>14</b>
	3.1 Partidos Políticos Angolanos.....	14
<b>4</b>	<b>Objetivos.....</b>	<b>16</b>
	4.1 - Objetivos Gerais.....	16
	4.2 - Objetivos Específicos.....	16
<b>5</b>	<b>Procedimentos Metodológicos.....</b>	<b>16</b>
<b>6</b>	<b>Cronograma.....</b>	<b>17</b>
<b>7</b>	<b>Referências.....</b>	<b>18</b>

## 1. Introdução

Em 14 de dezembro de 2016 consegui uma vaga de estudos na Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no Campus dos Malês, na cidade de São Francisco do Conde, Bahia, Brasil, para o curso de graduação em Humanidades, que teve início, segundo o calendário da universidade, em 20 de fevereiro de 2017. Enquanto eu comemorava a oportunidade de poder estudar no Brasil, me inquietava o fato de não exercer o meu dever enquanto cidadão angolano de votar nas eleições que decorreram em 23 de agosto de 2017, no mesmo ano da minha vinda para o Brasil. Comecei a pensar nas diversas formas de me manter informado sobre as eleições que decorreram no mesmo ano da minha viagem, pensando o quanto os meios de comunicações foram “úteis” para mim, que não via outro jeito de me manter informado. Considerando as influências que a mídia em geral exerce sobre o processo eleitoral. Segue o questionamento de como ocorre a relação entre partidos políticos e televisão nas eleições? Pretendemos com isso, analisar as propagandas políticas feitas pelos partidos durante o período de campanha eleitoral nas eleições angolanas de 2017.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), Angola está localizada na costa ocidental da África Austral, ao sul do Equador, com uma superfície total de 1.246.700 km<sup>2</sup>, e tinha, em 2014, 25.789.024 habitantes. Com um total de dezoito províncias, sua capital, Luanda, concentra pouco mais de um quarto de toda a população do país, com 6.542 944 habitantes. A maior parte da população angolana (50,5%) está numa faixa etária entre 15 e 64 anos.

Angola, oficialmente República de Angola, é um país que durante muitos anos sofreu com a guerra. Em 1961 iniciou-se a luta armada contra a colonização portuguesa, que durou até 1974, com acordos de cessar-fogo e negociações para a instalação de um governo de transição. O país conquistou a sua merecida independência em 11 de novembro de 1975. De acordo com Bittencourt (2015), a luta pela independência contou com a participação de vários movimentos de libertação, dentre os quais destacaram-se o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Estes movimentos lutaram contra as tropas portuguesas, mas também entre si, o que acarretou, por ocasião da independência, o começo de um novo conflito, uma guerra civil que terminou apenas em 1991, junto com o regime monopartidário implantado pelo MPLA em 1975.

A transição para o multipartidarismo foi baseada nos acordos de paz assinados naquele ano em Bicesse, no Estoril, em Portugal, entre a UNITA e o governo do MPLA. Foi acordada a realização das primeiras eleições legislativas e presidenciais, realizadas em 1992 sob a supervisão da Organização das Nações Unidas (ONU). Contudo, “após essas eleições a guerra reacendeu-se e a paz definitiva só foi alcançada em 2002 com os acordos de paz, fase em que se iniciou o processo definitivo de consolidação democrática e libertação da economia” (BESSA, 2014).

A constituição que rege atualmente a República de Angola foi aprovada em 2010, após novas eleições que decorreram em 2008. Como observa Bessa (2014), no âmbito dessa Constituição foram realizadas as eleições de agosto de 2012, que elegeram os deputados à Assembleia Nacional e o Presidente da República.

Sendo Angola um país unitário, as províncias são repartições administrativas, mas não entes políticos. Dessa forma, os governos provinciais são indicados e subordinados ao Poder Executivo nacional. Há previsão constitucional de eleições autárquicas, que até o momento nunca foram realizadas, permanecendo o governo dos municípios também sob responsabilidade do Poder Executivo nacional.

O sistema eleitoral angolano é baseado no sufrágio universal e direto, sendo o Poder Executivo exercido pelo partido ou coligação mais votado nas eleições legislativas, com voto em lista. Dessa forma, uma mesma eleição define o controle dos dois poderes eletivos, garantido ao incumbente do Poder Executivo automaticamente a maioria dos membros da Assembleia Nacional, unicameral, composta por 130 representantes nacionais e 90 representantes provinciais (cinco de cada província). A conquista da maioria qualificada (dois terços) das cadeiras dá ao partido vencedor a capacidade de aprovar alterações constitucionais sem ter que negociar com as demais formações políticas. Há ainda uma cláusula de barreira que determina a extinção dos partidos que não conseguirem um mínimo de 0,5% do total dos votos em uma dada eleição geral.

Segundo o artigo 109 da Constituição angolana:

1. É eleito Presidente da República e Chefe do Executivo o cabeça de lista, pelo círculo nacional, do partido político ou coligação de partidos políticos mais votado no quadro das eleições gerais, realizadas ao abrigo do artigo 143.º e seguintes da presente Constituição.
2. O cabeça de lista é identificado, junto dos eleitores, no boletim de voto. (ANGOLA, 2010)

Já o artigo 144 estabelece que:

1. Os Deputados são eleitos por círculos eleitorais, existindo um círculo eleitoral nacional e círculos eleitorais correspondentes a cada uma das províncias. 2. Para a eleição dos Deputados pelos círculos eleitorais é fixado o seguinte critério:

- a) um número de 130 Deputados é eleito a nível nacional, considerando-se o País, para esse efeito, um círculo eleitoral nacional único;
- b) um número de cinco Deputados é eleito em cada província, constituindo, para esse efeito, um círculo eleitoral provincial.

A última eleição angolana que decorreu no dia 23 de agosto de 2017 será o assunto do presente projeto de pesquisa, que se propõe analisar as influências da televisão sobre o mesmo processo eleitoral. Nessas eleições foi distribuído um tempo de antena correspondente a 10 minutos para rádio, no espaço compreendido entre as 15h00 e as 22h00, e 5 minutos de televisão, no espaço compreendido entre as 18h00 e as 22h00, a partir do dia 23 de Julho, 30 dias antes da votação. Esses espaços serviram para veicular propagandas eleitorais diretamente produzidas pelas coligações e partidos políticos.

Os concorrentes foram os antigos movimentos de libertação, reconvertidos em partidos desde os acordos de 1991 – o MPLA, que teve como cabeça de lista João Manuel Gonçalves Lourenço, a UNITA, com Isaías Henrique Gola Samacuva como cabeça de lista, e a FNLA, com Lucas Benghim Gonda – além de formações inauguradas em eleições anteriores – nomeadamente o Partido da Renovação Social (PRS), encabeçado por Benedito Daniel, e a Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral (CASA-CE), que apresentou Abel Epalanga Chivukuvuku como cabeça de lista – e a estreante Aliança Patriótica Nacional (APN), liderada por Quintino António Moreira.

A Missão de Observação da União Africana (MOEUA) esteve presente nas eleições, a pedido da República de Angola. A MOEUA, esteve composta por 40 observadores eleitorais e integrada por embaixadores acreditados junto à União Africana, parlamentares pan-africanos, membros do Conselho Económico, Social e Cultural da União Africana, dirigentes das Comissões Eleitorais e membros de organizações da sociedade civil e de instituições universitárias africanas. Esses observadores eram provenientes de vinte e cinco países, representando a diversidade geográfica do continente, nomeadamente: África do Sul, Argélia, Benin, Burkina Faso, Camarões, Cabo Verde, Congo, Etiópia, Gabão, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Lesoto, Madagáscar, Mauritània, Moçambique, Níger, República Centro Africana,

República Democrática do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Somália, Sudão, Suazilândia e Zâmbia (MOUEA, 2017, p.1).

O objetivo da MOEUA foi o de fazer uma avaliação independente, objetiva e imparcial das eleições gerais angolanas de 2017. A partir de uma declaração preliminar a MOEUA apresentou após o final das eleições vários dados importantes sobre o processo político eleitoral que decorreu nas 18 províncias de Angola, fazendo assim uma avaliação positiva sobre as eleições gerais decorridas no país (MOUEA, 2017, p. 7).

Seguem nas tabelas abaixo os dados das eleições angolanas de 2017, com o número de eleitores inscritos, eleitores que votaram, o número e seu percentual de votos em brancos, nulos e válidos e por últimos os resultados gerais das eleições:

#### Deputados a Eleger 220

Eleitores Inscritos	9.317.294	100,000%
Eleitores que votaram	7.093.002	76,127%
Votos em Brancos	172.639	2,434%
Votos Nulos	10.2.486	1,445%
Votos Válidos	6.817.877	96,121%

**Fonte:** Comissão Nacional Eleitoral (CNE, 2017, p.1)

<b>Siglas</b>	<b>Nomes</b>	<b>Votos</b>	<b>%</b>	<b>Deputados</b>
MPLA	Movimento Popular de Libertação Nacional	4.164.157	61,077%	150
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola	1.818.903	26,678%	51
CASA-CE	Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral	643.961	9,445%	16
PRS	Partido de Renovação Social	92.222	1,353%	2
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola	63.658	0,934%	1
APN	Aliança Patriótica Nacional	34.976	0.513%	

**Fonte:** Comissão Nacional Eleitoral, (CNE,2017, p. 1)

Como podemos ver nos resultados gerais, o MPLA mais uma vez ganha vantagem com maioria absoluta contra os restantes partidos. Por outro lado, percebe-se uma considerável perda de eleitorado, principalmente para seu maior partido de oposição, a

UNITA, que nessa última eleição consegue garantir 35 assentos a mais que nas eleições parlamentares de 2012, em que contou com apenas 16; a seguir temos a CASA-CE, a atual terceira maior força política em Angola, que surgiu em 2012 e conta com a sua segunda participação nas eleições angolanas, obtendo 8 assentos a mais que na eleição de 2012, ou seja, percebemos aqui um enorme crescimento da UNITA e da CASA-CE, eleição após eleição e uma certa queda do MPLA, e principalmente da FNLA, que nessa última eleição conseguiu apenas um assento no parlamento.

Com isso, é importante realçar o papel acentuado das propagandas eleitorais feitas pelos partidos políticos e coligação nos meios de comunicação, em particular a televisão, durante o período de campanha, o bom ou mau resultado no final do processo eleitoral é decidido muitas vezes em campanha eleitoral, a partir de programas durante o espaço de antena de 5 minutos para os partidos e coligação onde cada um apresenta a sua proposta de governação, ou os confrontos em programas televisivos. Infelizmente, esses confrontos não se dão entre os candidatos à presidência no caso de Angola, me refiro aqui a programas de debates em que participam candidatos a deputados ou simplesmente militantes e intelectuais angolanos que trazem uma análise vasta sobre o processo eleitoral angolano, e outros temas inerentes a várias questões sociais e política do país. Vemos também realizações de comícios, que na sua maioria são televisionados, ou seja todos esses pontos e muitos outros não citados aqui são fatores importantes e que influenciam bastante na obtenção dos resultados eleitorais.

Entendemos como essencial fazer menção ao papel que exercem os meios de comunicação em um momento tão decisivo em qualquer sistema democrático de uma sociedade, como foram nas eleições angolanas de 2017, que se basearam na Lei Orgânica Eleitoral (2012) para regular detalhadamente alguns aspetos de seu funcionamento durante a campanha eleitoral, com a ideia de garantir o pluralismo político e a igualdade de oportunidades entre todas as formações partidárias, de modo que a batalha eleitoral fosse a mais justa possível, sendo importante realçar a relevância dos dois principais canais de televisão do país que são a Televisão Pública de Angola (TPA) e a Televisão privada Zimbo (TV Zimbo).

A proclamação da independência nacional ocorreu um mês depois da estreia oficial de uma emissão televisiva em Angola, realizada ainda sob égide da Radiodifusão Portuguesa de Angola (RPA), a 18 de outubro de 1975. No ano seguinte procedeu-se à passagem formal deste órgão de comunicação social para as mãos do novo governo. Em dezembro de 1975, a

emissora torna-se a Radiodifusão Nacional de Angola e passa a responder diretamente ao Ministério da Informação do novo governo. (JORNAL DE ANGOLA, 9. dez. 1975). “A 25 de Junho de 1976, o governo angolano decreta a nacionalização da RPA, passando a designar-se *Televisão Popular de Angola*” (TPA, 2013 apud FREITAS, 2017, p. 71-72).

Em 1991, a TPA manteve-se como a única estação de televisão no país, tendo estendido, até 1992, as suas representações em todas as capitais provinciais. Em 2000, foi criado o segundo canal da TPA, a TPA2, funcionando inicialmente a título experimental. A era da digitalização do sinal da TPA começa a desenhar-se a partir de 2003. Nessa altura, a televisão estatal contava “com dois canais – canal 1 cobrindo 18 províncias; o 2º canal cobrindo Luanda, Huambo, Benguela, Cabinda e Huíla” (Guerreiro, 2003, p. 69).

Segundo Freitas (2017), até 2008, não tinham sido criadas empresas privadas de televisão. A única concorrência à TPA passou a ser os diversos canais de televisão estrangeiros emitidos por subscrição via satélite. Em 2003, havia no país a “receção via satélite de cerca de 30 canais, por subscrição” (Guerreiro, 2003:69). Essa oferta foi crescendo ao abrigo da liberalização no domínio das telecomunicações, que tornou disponíveis em Angola os canais televisivos de informação e entretenimento brasileiros (como a TV Globo e a TV Record) e portugueses (como a RTP, a SIC e a TVI), canais desportivos (Super Sport, Sport TV, Benfica TV, etc.), de filmes (TVC, Hollywood, Fox, etc.), de desenhos animados e outros.

A mudança da denominação de Televisão Popular de Angola para Televisão Pública de Angola ocorreu em 2007 por força do Decreto n.º 66/97, de 5 de setembro. No ano seguinte, a estação pública abriu o seu terceiro canal. Tratou-se da TPA Internacional, “disponível desde o dia 24 de Julho de 2008, em sinal aberto em todos os pacotes digitais da Zon TV Cabo” (TPA, 2013 apud Freitas, 2017).

Ainda em 2008, a 14 de dezembro, concretizou-se a primeira iniciativa privada de televisão. Quebrava-se o monopólio da TPA neste sector, com a abertura da TV Zimbo. Esta é uma estação televisiva de direito privado angolano que difunde conteúdos de carácter generalista, 24 horas por dia, assumindo-se como “a voz e a imagem de um povo que tem muito a expressar e a conquistar” (TV Zimbo, 2014 apud Freitas, 2017, p. 73).

Além da TV Zimbo, surgiram outras iniciativas privadas para a criação de estações televisivas, como a Ango TV, um canal de televisão por assinatura lançado a 30 de novembro de 2010 pelas empresas UAU.TV e Semba Comunicação. Tendo-se estreado em “regime experimental a partir do dia 11 de Novembro” do mesmo ano, afirmou-se que “o novo canal

privilegia[va] conteúdos nacionais que exalta[va]m as potencialidades do país, com destaque para a cultura, entretenimento, educação, humor e a música” (Angop, 2010 apud Freitas, 2017, p. 73).

Em 2013, a 3 de dezembro, foi apresentado o canal generalista Banda TV, “um investimento da provedora de televisão por assinatura Multichoice para os mercados de Angola e Moçambique” (VOA, 3 dez. 2013). A este canal juntou-se, a 16 de dezembro de 2015, a Palanca TV, também distribuída por assinatura, “com conteúdos, integralmente, produzidos em Angola, designadamente, talk-shows, Magazines, programas de entretenimento e de informação” (Angonotícias, 2016 apud Freitas, 2017, p. 73).

Como vimos nos parágrafos acima, Angola contava apenas com a TPA desde o ano de 1975 até 2000 com a criação do seu segundo canal, fora os canais de subscrição com produção de conteúdo estrangeiro. Angola viveu um monopólio televisivo contando apenas com a presença da TPA responsável pela produção de conteúdo nacional até 2008 quando surge a primeira televisão privada a TV ZIMBO, e mais tarde com o surgimento de outras redes privadas angolanas. Ou seja, durante esse período que começa a perceber-se a liberalização do mercado televisivo em Angola com o surgimento de mais redes de televisões privadas trazendo conteúdos nacionais para um povo que durante muitos anos se viu influenciado pela televisão estrangeira, hoje é notório o avanço considerável da produção jornalística angolana e a importância indispensável na formação e informação da população.

## **2. Justificativa**

Meu interesse em trabalhar este tema no presente projeto de pesquisa surge com a pretensão de num futuro breve, fazer a Licenciatura em Ciências Sociais e possivelmente dar seguimento a esta pesquisa, pois, entendo que poderá gerar resultados satisfatórios, percebendo que, como cidadão angolano na diáspora, tal formação me possibilitará ter visões críticas no que concerne a influência da televisão e conseqüentemente pensar nos debates televisivos como uma ferramenta indispensável na conscientização política da população a partir de um candidato que precisa preparar-se para participar de um debate ao vivo, sendo difícil esconder ou disfarçar traços de personalidade, como possivelmente acontece em outras situações como programas de propaganda eleitoral e algumas entrevistas. Por outro lado, me possibilitará, dentre outras coisas, tentar buscar e evidenciar a relevância que a televisão possui na política angolana e entender o seu processo político-eleitoral, traçando caminhos

que ajudem a construir novos canais de compreensão para alcançar de forma minuciosa todos os resultados pretendidos nos objetivos (gerais e específicos) aqui propostos.

Pensando nos meios de comunicação em geral como um dos maiores influenciadores sociais, e trazendo o seu papel na formação de opinião, Maria Holgado González (2015, p. 12) diz o seguinte:

Para que o voto seja consciente, deve ser decidido com conhecimento da realidade na qual fazemos parte e sobre a qual não-de incidir as políticas, e esta informação que nos permite formar nossa opinião de forma livre é a que nos proporcionam os meios de comunicação. Ou seja, é importante pensar no papel essencial que os meios de comunicação proporcionam aos cidadãos influenciando na sua decisão ao voto.

Portanto, a pouca acessibilidade aos meios de comunicação em Angola durante o período colonial e no pós-independência mais ou menos até o final da guerra civil, a péssima qualidade no ensino e a ausência de estímulo do governo e dos partidos políticos para debates, seja em rede televisivas como em locais públicos entre cidadãos, são alguns de muitos outros fatores que dificultaram a formação de opinião política, porém, hoje em dia conseguimos perceber o crescimento do nível de instrução da população quer a nível de base, médio ou superior e conseqüentemente a consciência principalmente política que tem crescido bastante sobre a população eleitoral angolana.

### **3. Revisão da Literatura**

O levantamento de outros matérias bibliográficas nos ajudará fazer um diálogo com vários autores que já trabalharam temas parecidos. Por meio do estudo da literatura disponibilizada, organizaremos a fundamentação teórica da pesquisa. Entre as referências já encontradas destacamos aquelas que nos ajudarão a melhor compreender os movimentos de libertação posteriormente convertidos em partidos políticos.

#### **3.1 Partidos Políticos Angolanos**

Como afirma Bessa (2014), os partidos políticos angolanos surgiram num primeiro momento como movimentos de libertação nacional, fortemente influenciados pela diferenciação e a segmentação social colonial.

Foram as diferentes trajetórias históricas – e não uma primordial dinâmica excludente de identificação étnica, que produziram as diferenças sociais e culturais, ao redor das quais se irão tecer distintos projetos partidários. Durante os primórdios da guerra de libertação de Angola contra a colônia portuguesa vemos a FNLA que teve na sua origem a UPA – União dos Povos de Angola, instalada em Léopoldville (atual Kinshasa), desde a sua fundação, tinha sua principal base de arregimentação de militantes na região norte de Angola e no sul do Congo-Léopoldville onde o grupo etnolinguístico bacongo é predominante. A UPA teve fortes ligações com as organizações que propunham a independência do Congo Belga como a Aliança dos Zombo-Bazombo (ALLIAZO) e a Associação dos Bakongo (ABAKO). Com base a Tali (2001), após a independência do Congo em 1960, a UPA passou a ter relações privilegiadas com as principais lideranças políticas construindo ótimas relações com o governo de Joseph Kasavubu e passou a desfrutar de facilidades que os demais movimentos de libertação nacional angolanos jamais dispuseram. Posteriormente, o MPLA inicia sua transferência para a capital Léopoldville, tentando se aproximar do território angolano para dar prosseguimento à luta armada e disputar com a UPA os refugiados angolanos que chegavam ao país. Sendo assim, como afirma Pinto (2017), ao chegarem ao Congo-Léopoldville, os refugiados angolanos se deparavam com uma intensa disputa entre UPA e MPLA, onde, além das propagandas sobre seus projetos para a conquista da independência e para o futuro de Angola, estes movimentos também se empenhavam na troca de acusações com a intenção de evitar o crescimento do seu oponente e de se fortalecer no campo nacionalista angolano. Por um lado, vemos o MPLA acusar a UPA de ser um movimento marcadamente bacongo e, por essa razão não poderia ser considerado um movimento nacional, uma vez que representava somente uma das muitas etnias que compunham a nação angolana. Por sua vez, a UPA acusava o MPLA de ser um movimento de indivíduos da etnia quimbundo, dominado por mestiços e orientado ideologicamente como um movimento comunista. Por outro, vemos o outro partido fundamental no estabelecimento do Estado Angolano. UNITA surge em 1965, essencialmente por dissidentes da FNLA e do GRAE – Governo de Resistência de Angola. A Unita, caracteristicamente, tinha um programa menos definido. Procurava agrupar os grupos étnicos do Sul e do Leste, apelando ao mesmo tempo aos brancos na base da oposição ao radicalismo do MPLA. Mais do que no caso dos seus rivais, ela dependia da lealdade a um líder carismático - Jonas Savimbi. (MINTER, 1994)

Após o país se tornar independente face a colonização portuguesa, vemos o período em que o MPLA se constitui enquanto partido-estado, sendo a FNLA durante o período de guerra civil e a UNITA até aos dias de hoje se mantendo como o maior partido de oposição, ganhando mais espaço no

parlamento a cada eleições. Posteriormente surge a CASA-CE hoje considerada a terceira maior força política em Angola, embora a UNITA seja provavelmente a maior beneficiária dos votos que o MPLA tem perdido nas últimas eleições, a CASA-CE tem crescido bastante principalmente sobre a FNLA e o MPLA com uma ideologia Federalista e Social-democrata segundo o comunicado oficial da coligação à imprensa.

## 4. Objetivos

### 4.1 Objetivo geral:

- ✓ Analisar as propagandas políticas feitas pelos partidos políticos e as influências da televisão nas eleições angolanas de 2017.

### 4.2 Objetivos específicos:

- ✓ Analisar a propaganda político-eleitoral produzidas pelos diferentes partidos e coligações e veiculada na televisão durante a campanha eleitoral;
- ✓ Analisar a cobertura eleitoral da TV Zimbo, perspectivando suas relações com o Estado.

## 5. Procedimentos Metodológicos

Para entender as discussões políticas que decorreram durante e pós-período eleitoral e para posterior desenvolvimento da pesquisa, utilizaremos o método de análise de vídeos de programas de debates e opiniões realizadas pela TV Zimbo. Serão analisados 10 vídeos do período compreendido entre 24 de abril de 2017 período que inicia a pré-campanha, até 11 de outubro de 2017 pós o período eleitoral , vídeos de temas como (Os jovens angolanos nas eleições; Convocações das eleições gerais; O processo eleitoral e as listas de candidatura; As distribuições das verbas aos partidos políticos; Tolerância e os desafios da inclusão digital; Mobilização dos jovens para o voto; Arranque das campanhas eleitorais; A campanha eleitoral; Pós Eleições 2017 e o por fim os Desafios da assembleia nacional nesta legislatura), temas estes que foram discutidos e debatidos por alguns intelectuais angolanos, nomeadamente João Paulo Ganga – Sociólogo, Gildo Matias – Politólogo, Alberto Kafussa – Politólogo, Ismael Mateus – Jornalista, e etc. Como auxiliar utilizaremos 30 vídeos curtos de propaganda eleitoral veiculas pelos 3 principais competidores nomeadamente o MPLA,

UNITA e a CASA-CE, utilizando 10 vídeos de campanha de cada partido, faremos uso especificamente dos vídeos disponíveis no *Youtube* no canal de Adriano Cardoso.<sup>1</sup>

## 6. Cronograma

ANOS/ETAPAS	2019	2020		2021	
	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre
<b>Revisão do Projeto</b>	X	X			
<b>Levantamento bibliográfico/Fichamentos</b>		X	X		
<b>Organização dos vídeos por temas e datas</b>			X	X	
<b>Análise dos vídeos organizados</b>			X	X	
<b>Elaboração e Redação do Trabalho</b>				X	X
<b>Revisão e Redação Final</b>					X
<b>Entrega da monografia</b>					X
<b>Defesa da monografia</b>					X

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC7yyOR8zYocfn0PqoekoDwg>

## REFERÊNCIAS

- ASSEMBLEIA NACIONAL. **Constituição da república de Angola**. Pub. L. No. 111/2010 (2010). Disponível em: <[http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/CONSTITUICAO-APROVADA\\_4.2.2010-RUI-FINALISSIMA.pdf](http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/CONSTITUICAO-APROVADA_4.2.2010-RUI-FINALISSIMA.pdf)>.
- ASSEMBLEIA NACIONAL. **Lei orgânica sobre as eleições gerais**, 21. dez. 2011. Pub. I Série – Nº 245. Disponível em: <<http://www.tribunalconstitucional.ao/uploads/%7Bc46fa0b3-c947-4440-ae92-5f1a3a275d8a%7D.pdf>>.
- BESSA, Sebastião Jorge Diogo. **O sistema eleitoral angolano: a consolidação democrática através da garantia de eleições livres**. Dissertação (Mestre em Direito) – Departamento de Direito, Universidade Autónoma de Lisboa, 2014.
- BITTENCOURT, Marcelo. As eleições angolanas de 1992. **Revista Tempo, Espaço E Linguagem**, v. 7, p. 170 - 192, 2016.
- BITTENCOURT, Marcelo. **“Estamos juntos”: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)**. Luanda: Kilombelombe, 2010. 2v.
- BITTENCOURT, Marcelo. Conflitos, identidades e voto em Angola. In: RIBEIRO, Alexandre; GEBARA, Alexsander; BITTENCOURT, Marcelo (Orgs.). **África passado e presente: II encontro de estudos africanos da UFF**. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2010, p. 174-186.
- BITTENCOURT, Marcelo. A questão étnica e racial nas eleições angolanas. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 25, p. 225-250, 1994.
- CANDUMBA, João Félix Pedro. **O paradigma do jornalismo de desenvolvimento na construção da democracia em Angola**. Mimeo, set. 2015
- FIGUEIREDO, Fábio B. Comunistas e pró-ocidentais: algumas observações sobre o Departamento de Estado norte-americano e os movimentos nacionalistas angolanos, 1960-1961. **Afro-Ásia**, v. 38, p. 87-139, 2008.
- FREITAS, Joaquim Domingos. **Uso dos Media por Jovens Universitários de Angola O Caso da Província de Benguela**. Tese (Doutorado em Ciências de comunicação) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2017.
- GONZÁLEZ, Holgado Maria. O papel dos meios de comunicação na campanha eleitoral. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba, 2015, v. 7, n. 12, p. 11-32.
- MINTER, William. **Os contras do apartheid: as raízes da guerra em Angola e Moçambique**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1994.
- MIGUEL, Luis Felipe. A mídia e o declínio da confiança na política. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 10, n. 19, p. 250-273, 2008
- MIGUEL, Luis Filipe. Eleições, opinião pública e mídia: reflexões a partir das eleições brasileiras de 2002. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 2, p. 41-66, 2003.
- NEVES, José Maria Pereira. **Declaração Preliminar: Missão de Observação da União Africana nas Eleições gerais – República de Angola**. Luanda: MOUA, 2017.
- PACHECO, Fernando. **A crise pós-eleitoral: Angola falha novo encontro com a História**. Luanda: Mimeo, 1992.

TALI, Jean-Michel Mabeko. **O MPLA perante si mesmo (1962-1977)**. Luanda: Nzila, 2001. 2 v.

TONET, Elaine; DE MELO, Aécio. A globalização e a influência da mídia na sociedade. **Cadernos PDE**, Curitiba, v. 7, 2012.